



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº 988

Feito : Processo Nº 2346/94-TCE/ACRE
Interessado: WALTER LEITÃO PRADO
Diretor-Presidente da CAGEACRE
Relator : Conselheiro JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Assunto : Prestação de Contas da CAGEACRE, Exercício de 1993.

*Prestação de Contas da CAGEACRE,
do exercício financeiro de 1993-
considerada regular, com ressal-
vas.*

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo Nº 2346/94, acima indicado, A C O R D A M os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, à unanimidade, ante as razões expostas, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste julgado, para considerar regular, com ressalvas a Prestação de Contas em exame, da responsabilidade dos Gestores WALTER LEITÃO PRADO e ANTONIO SAAD SOBRINHO, respectivamente, Diretor-Presidente e Diretor-Administrativo e Financeiro, da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre, correspondente ao exercício de 1993.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 1º de dezembro de 1994.

Isnard
Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente do TCE/ACRE

Arújo
Cons. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FÁRIA
Relator

Fui presente:

F. A. Oliveira Conde
FERNANDO DE OLIVEIRA CONDE
Procurador-Chefe do M.P.E.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Este documento foi publicado no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO N.º 6441
de 03 / 01 / 1995 p. 10

Carvalho
Secretário do Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO: 2.346/94

RELATOR : CONS. JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA

ASSUNTO : Prestação de Contas da CAGEACRE - exercício de 1993.

RELATÓRIO:

Pelo OF/DIPRE/Nº 96/94, foi encaminhada a esta Egrégia Corte de Contas a Prestação de Contas da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre - CAGEACRE, exercício de 1993.

O despacho contido à fl. 344-verso determinou à 3ª Inspetoria Geral de Controle Externo que procedesse à análise da Prestação, a qual apresentou Relatório Técnico de fls. 355/368, apontando falhas na percepção dos subsídios da Diretoria da Companhia.


Quanto ao Conselho Fiscal, de acordo com o que manda a Lei nº 6.404, sua constituição é irregular por não atender às exigências contidas no art. 162.

O Relatório Técnico apresentado pela 3ª IGCE, em sua conclusão diz que, tecnicamente, a Prestação de Contas da CAGEACRE - exercício de 1993 atende às exigências da Lei 6.404/76 e da Instrução Normativa nº 001 desta Egrégia Corte de Contas.

Opinou no Processo o Ministério Público Especial, pelo seu Procurador-Chefe, Dr. Fernando de Oliveira Conde.

É o Relatório.

Rio Branco-AC, 01 de dezembro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE
(PROCESSO: 2.346/94)

CONCLUSÃO E VOTO:

Analisando com frieza as falhas apontadas pela 3ª IGCE, quanto à questão da remuneração da Diretoria da CAGEACRE, conclui mos que a alternância de pagamentos a maior e a menor, se traduzi dos na moeda atual, não cobriria as custas de um processo de res-tituição, por serem quantias ínfimas.


O art. 162 da nova Lei das Sociedades Anônimas leciona que "somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas na-turais, residentes no País, diplomadas em curso de nível univer-sitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, ' cargo de Administrador de Empresa ou de Conselho Fiscal'".

Conclui o Relatório Técnico da 3ª IGCE que, tecnicamen-te, a Prestação de Contas da CAGEACRE - exercício de 1993 atende' às exigências da Lei 6.404/76.

Diante do exposto, tendo em vista a análise do Corpo ' Técnico, o Parecer do Ministério Público Especial através de seu Procurador-Chefe e o exame procedido pelo Relator, VOTO conside-rando Regular com Ressalvas a Prestação de Contas da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepostos do Acre - CAGEACRE, exercício de 1993, de responsabilidade do Sr. Valter Leitão Prado.

É como VOTO.

Rio Branco-AC, 01 de dezembro de 1994.


José Augusto Araújo de Faria
Conselheiro Relator